

Governo edita Medida Provisória 295/06, sobre o reajuste do salário docente do magistério superior e de 1º e 2º graus

Leia nas páginas 2 e 3

**CONAT legitima a
criação da Conlutas
como nova entidade
em defesa dos
trabalhadores**

Leia na página 4

**Encontro pós-25º
Congresso do
ANDES-SN reúne
representantes de
associações de
docentes do Rio de
Janeiro na UFRRJ**

Leia nas páginas 5 e 6



ADUR-RJ enviou observador ao CONAT, em Sumaré (SP)

Atenção, Professor:

*** Está disponível, na ADUR-RJ, nova listagem dos professores com créditos relativos ao percentual de 3,17%, liberada pela Caixa Econômica Federal. Por favor, entre em contato com a ADUR-RJ para saber se o seu nome está nesta listagem, e saber quais os procedimentos para o resgate do crédito.**

*** Informamos que as novas carteirinhas da UNIMED Costa Verde estão disponíveis na sede da ADUR-RJ.**

Governo edita Medida Provisória 295/06, sobre o reajuste do salário docente do magistério superior e de 1º e 2º graus

A Medida Provisória nº 295/06, que dispõe sobre o reajuste do salário docente e sobre a criação da classe de professor associado, foi publicada pelo Governo Federal no último dia 30 de maio. De acordo com o Sindicato Nacional, a MP determina um reajuste médio dos salários dos docentes inferior a 10%.

Durante a reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), realizada em 3 de junho, representantes de diversas seções sindicais e diretores do ANDES-SN discutiram sobre a atual conjuntura política da Campanha Salarial de 2006, enfatizando a situação criada a partir da edição da MP 295. Os professores demonstraram preocupação com os desafios imediatos, assim como também, com aqueles que norteiam a construção da campanha salarial do próximo ano.

Na reunião do setor, os professores receberam vários documentos referentes à MP 295, entre eles a nota do ANDES-SN sobre os efeitos da MP, com as tabelas comparativas dos reajustes na remuneração dos docentes. (Essas tabelas estão disponíveis para consulta na página eletrônica da ADUR-RJ ou ainda na sede da Associação). Após discussão, os professores aprovaram, entre outros encaminhamentos, principalmente que o ANDES-SN solicite à Assessoria Jurídica Nacional (AJN) uma complementação da nota técnica sobre a referida Medida Provisória. De acordo com o ANDES-SN, é preciso que a AJN verifique a hipótese da inconstitucionalidade da MP, pois há uma interpretação de que carreiras só podem ser alteradas por Projetos de Lei. O ANDES-SN também consultará a AJN sobre a possibilidade de se considerar a criação da Classe de Professor Associado como instituição de nova carreira – o que demandaria um enquadramento dos docentes, incluindo aposentados.

A diretoria do ANDES-SN solicitará ao Ministério da Educação a prorrogação do prazo, que se esgotou em 7 de junho, para apresentação de sugestões à minuta de portaria sobre a avaliação de desempenho para o acesso à Classe de Associado. A idéia é que as seções sindicais do ANDES-SN possam reunir-se até 15 de junho, para discutir sobre a Medida Provisória, já que em 17 do mesmo mês haverá reunião do GT Carreira e reunião do Setor das IFES.

Entre outros encaminhamentos, aprovou-se que as seções sindicais constituam comissões locais, com base no movimento docente, para trabalharem na construção de definições locais sobre os critérios para a avaliação de desempenho para o acesso às novas classes.

Também foi deliberado que os representantes do ANDES-SN levassem à plenária dos Servidores Públicos Federais (SPF) a preocupação de se começar a construir a Campanha Salarial de 2007, procurando intervir junto ao Congresso Nacional em relação às propostas de emendas à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), a fim de garantir as condições para que venha a existir uma política salarial e as diretrizes de planos de carreira.

ANDES-SN tece considerações preliminares sobre a MP 295/06 e a progressão para a Classe de Professor Associado.

O Grupo de Trabalho de Carreira do ANDES-SN e a Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes, reunidos nos dias 29 e 30 de maio de 2006, examinaram preliminarmente a Medida Provisória 295/06 e concluíram que o texto da referida MP, após comparação com a versão do PL 6368/05, apresentado pela relatora Fátima Bezerra, contém discrepâncias. Estas

já estão sendo apreciadas pela Assessoria Jurídica Nacional. A Diretoria do ANDES-SN solicitou, igualmente, uma análise preliminar da seção da MP que se refere ao magistério da carreira de 1º e 2º graus.

Leia, abaixo, a íntegra do documento produzido pelo ANDES-SN “Considerações Preliminares sobre a MP 295/06 e a Progressão para a Classe de Professor Associado”

O GT Carreira do ANDES-SN e a Diretoria do ANDES-SN, reunidos nos dias 29 e 30 de maio de 2006, examinaram preliminarmente a Medida Provisória nº 295/06 que, entre outras questões, trata de alterações no PUCRCE, com a inclusão da classe de professor associado (magistério do terceiro grau) e, no caso da carreira do magistério de 1º e 2º graus, da criação da classe especial após o nível E. A leitura e o cotejamento entre a versão do PL nº 6368/05 (substitutivo da dep. Fátima Bezerra) e o texto da referida MP permitiram evidenciar discrepâncias que estão sendo apreciadas pela AJN (Assessoria Jurídica Nacional). A Diretoria solicitou, igualmente, uma análise preliminar da seção da MP que se refere ao magistério da carreira de 1º e 2º graus.

No que se refere ao teor da MP - texto legal não acordado com o ANDES-SN, resultante de um ato unilateral do MEC -, a preocupação do GT-C foi a de garantir que a nova classe de professor associado esteja em conformidade com as diretrizes gerais da Carreira Única do ANDES-SN. Isso significa que o Sindicato Nacional deve empreender ações no sentido de impedir que a progressão para a nova classe se dê por meio de regras que tenham como pressupostos o “produtivismo” e a criação de “nichos de excelência”, que diferenciam o trabalho no interior da universidade entre os “produtivos” e os “não produtivos”, aferido por critérios empresariais.

Cumprir destacar que a reivindicação da criação emergencial da classe de professor associado foi uma deliberação do 24º CONGRESSO do ANDES-SN (fevereiro de 2005). É crucial que os critérios gerais estabelecidos pelo MEC (Art. 5º, parágrafo único) expressem a concepção de carreira do ANDES-SN, em particular, o conceito de avaliação da docência em suas três dimensões: o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, as proposições do ANDES-SN para a progressão para a classe de professor associado devem contemplar:

1. A concepção de universidade defendida pelo ANDES-SN como instituição que produz conhecimento inovador e crítico e que respeita a diversidade e o pluralismo, o que configura a universidade como protagonista histórica da sociedade.
2. A implementação do padrão unitário de qualidade entre as IFES exige que se considerem: condições de trabalho dos docentes; democratização interna e liberdade de organização; autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e a consideração de que a educação em todos os níveis é um direito público e dever do Estado.
3. A concepção de carreira docente compreendida como instrumento de realização profissional e mecanismo de garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que se estrutura tendo como eixos a titulação e a avaliação do desempenho acadêmico. Tal concepção ganha materialidade no projeto de carreira única aprovada pelo ANDES-SN em seus fóruns de deliberação.

4. A docência como eixo estruturante da formação dos estudantes, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, é realizada em instituições de distintos perfis, história, infra-estrutura, consolidação da pesquisa, etc. Portanto, os mencionados critérios gerais não devem restringir de modo restritivo as orientações elaboradas pelas instituições, no gozo de sua autonomia, nos termos do art. 207 da Constituição Federal.

5. O tempo em que o docente se encontra como Adjunto IV. A progressão para a classe de associado é uma demanda histórica do Sindicato Nacional e, infelizmente, os sucessivos governos têm procrastinado a sua implementação; contudo, os docentes continuaram desenvolvendo as suas atividades acadêmicas. Nessa perspectiva, o tempo de serviço do professor na classe de Adjunto, nível 4, deve ser considerado no estabelecimento de critérios de avaliação para ascensão à nova classe (e aos níveis na nova classe).

O debate nas assembléias gerais, conselhos de representantes e diretorias é uma alta prioridade política para o Sindicato Nacional, que irá discutir encaminhamentos do Setor das IFES na reunião do Setor das Federais, no dia 3 de junho. Cumpre registrar que a Diretoria já solicitou audiência à SESu/MEC (Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação) para tratar do tema.

ANDES-SN envia pedido de retificação à Folha de S. Paulo, por jornal afirmar que professores terão 50% de reajuste salarial com a liberação da MP 295/06

A Diretoria do ANDES-SN enviou à Folha de São Paulo, em 31 de maio de 2006, pedido de retificação da matéria "Lula deve gastar R\$ 3,5 bi com reajustes".

Nessa matéria, os jornalistas se referiam à Medida Provisória nº 295/06, que, entre outras questões, trata de alterações no PUCRCE, com a inclusão da classe de professor associado (magistério do terceiro grau) e, no caso da carreira do magistério de 1º e 2º grau, da criação da classe especial após o nível E.

Erroneamente, os responsáveis pela reportagem afirmaram que tal MP beneficiaria "sete categorias: funcionários do Banco Central (10%), docentes do ensino superior (50%, em média), docentes de primeiro e segundo graus (12%), fiscais federais agropecuários e cargos de apoio à fiscalização agropecuária (20%), funcionários de Ciência e Tecnologia (15%) e servidores do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (5%, em gratificação)".

*O Sindicato explica que não houve reajuste de 50% no salário dos professores das IFES, conforme publicado na edição de 31 de maio passado e que **isso pode ser facilmente comprovado pelo exame da evolução salarial dos docentes das IFES.** O professor adjunto 4 doutor, por exemplo, encontra-se no nível mais alto da carreira docente e teve um reajuste de 9,3%.*

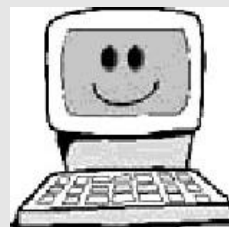
De acordo com o ANDES-SN, "a Medida Provisória 295/06, editada em 30 de maio, reajusta, em média, em 11% a remuneração dos professores que, desse modo, ainda estão com os seus salários aviltados pelos dois últimos governos.

É importante registrar que a correção sequer foi isonômica entre ativos e aposentados. Igual incorreção pode ser encontrada no magistério de 1º e 2º graus, pois o reajuste médio é da ordem de 8%. Salientamos que o reajuste de 50%, ao qual o jornal fez referência, incide apenas em um dos itens que compõem o total de reajuste".

Veja mais na Internet:

Na página eletrônica da ADUR-RJ, leia outras considerações do ANDES-SN sobre as remunerações dos docentes das IFES. As tabelas que contêm as remunerações totais dos docentes das carreiras de Magistério de 1º e 2º Grau e de Magistério Superior, ativos e aposentados – nos meses de janeiro de 1995 (valores de referência para as reivindicações dos Servidores Públicos Federais), maio de 2005 (valores atuais) e julho de 2006 (valores finais resultantes das diversas alterações introduzidas pela MP 295), bem como os reajustes percentuais das remunerações em relação aos valores de janeiro de 1995 e aos valores atuais – estão disponíveis na sede da ADUR-RJ ou ainda na página eletrônica da Associação.

Acesse www.adur-rj.org.br



Resultado das eleições para diretoria do ANDES-SN

Nos últimos dias 16 e 17 de maio, ocorreu a eleição para a Diretoria do ANDES-SN, biênio 2006/2008. A única chapa concorrente – ANDES AUTÔNOMA e DEMOCRÁTICA – foi eleita, nacionalmente, com 13.094 votos válidos. Houve 717 votos nulos, 1.284 em branco e 11.093 na chapa 1. O colégio eleitoral do ANDES-SN possui 70.110 eleitores.

As votações na ADUR-RJ ocorreram no final do período do segundo semestre letivo de 2005. Dos 679 professores filiados à Associação dos Docentes da UFRJ, 67 participaram das eleições. Houve 62 votos válidos, quatro em branco e um voto nulo.

Os novos Diretores do ANDES-SN serão empossados durante o 51º CONAD, que ocorrerá em Juiz de Fora (MG), no período de 29 de junho a 2 de julho. São eles:

PRESIDENTE – Paulo Marcos Borges Rizzo (APUFSC S.Sind.)
1º VICE-PRESIDENTE – Maria Inês C. Marques (APUB S.S./ADUCSAL S.Sind.)
2º VICE-PRESIDENTE – Agostinho B. Macedo Beghelli Filho (APESJF S.Sind.)
3º VICE-PRESIDENTE – Almir Serra Martins Menezes Filho (ADURN S.Sind.)
SECRETÁRIO GERAL – Luiz Henrique Schuch (ADUFF S.Sind.)
1ª SECRETÁRIA – Maria do Céu de Lima (ADUFC S.Sind.)
2ª SECRETÁRIA – Evson Malaquias de Moraes Santos (ADUFEPE S.Sind.)
3ª SECRETÁRIA – Dileno Dustan Lucas de Souza (ASPUV S.Sind.)
1º TESOUREIRO – José Vitório Zago (ADUNICAMP)
2º TESOUREIRO – Paulo Antônio de Oliveira Gomes (ADUFU S.Sind.)
3º TESOUREIRO – José Menezes Gomes (APRUMA SSind)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ – José Miguel B. Saldanha (ADUFRJ S.Sind.)
2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ – Paulo A. Cresciulo (ADUFF S.Sind.)
1ª SECRETÁRIA REGIONAL RJ – Maria Cristina M. da Silva (ADUFRJ S.Sind.)
2ª SECRETÁRIA REGIONAL RJ – Wilson Paes de Macedo (ASDUERJ S.Sind.)
1ª TESOUREIRA REGIONAL RJ – Irlete Braga da Trindade (ADUR-RJ S.Sind.)
2ª TESOUREIRO REGIONAL RJ – Jílilo Carlos Figueiredo (ADUFF-S.Sind.)

**** Confira a nominata completa da nova Diretoria do Sindicato Nacional na página eletrônica do ANDES-SN.**

CONAT legitima a criação da CONLUTAS como nova entidade em defesa dos trabalhadores

Entre 5 e 7 de maio, em Sumaré (SP), ocorreu o I CONAT (Congresso Nacional de Trabalhadores), organizado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). Por decisão do último Congresso, o ANDES-SN aprovou o envio de observadores ao Congresso. O observador da ADUR-RJ, conforme deliberação de assembleia, foi o Prof. Frederico José Falcão.

Um dos principais temas em discussão durante o CONAT foi a organização da classe trabalhadora, já que a CONLUTAS tem-se apresentado, para muitos, como uma alternativa, principalmente após o atrelamento da CUT (Central Única dos Trabalhadores) ao Estado.

O ANDES-SN, conforme deliberação do 25º Congresso, apresentou um documento onde afirmava não considerar oportuna a criação da CONLUTAS como uma entidade formal, nesse momento. Contudo, a maioria do plenário deliberou a favor da formalização da Coordenação Nacional de Lutas, após amplo debate.

Durante o CONAT, o debate também ficou por conta de como a nova entidade deveria organizar-se, estruturar-se. Durante a discussão, segundo informações da própria CONLUTAS, foram apresentadas seis propostas diferentes quanto à sua organização. A maioria definiu que a Coordenação Nacional de Lutas deveria ampliar suas diretrizes políticas, incorporando movimentos sociais, setores não-organizados da classe trabalhadora e entidades do movimento estudantil.

Sobre a direção da Coordenação Nacional de Lutas, foram defendidas duas propostas. Houve a proposta de que, durante o CONAT, deveria haver a eleição de uma diretoria para a CONLUTAS, respeitando a proporcionalidade da votação. Entretanto, a proposta vencedora, por maioria, foi a de que a Coordenação Nacional de Lutas tivesse, na sua coordenação nacional, um representante de cada entidade que a compõe. Segundo informações divulgadas pela CONLUTAS, o entendimento foi o de que tal proposta garantiria real representação das minorias dentro da entidade.

De acordo com as informações da CONLUTAS, o CONAT contou com 529 delegações de todo o país. Dessas, 52 foram da região Norte; 113, do Nordeste; 32, do Centro-Oeste; 236 do Sudeste; e 96 do Sul. Os delegados eleitos nas assembleias de base foram 3.542, dos quais 2.729 compareceram ao CONAT. Já o número de observadores presentes foi de 235. O Congresso Nacional de Trabalhadores contou com a presença de 208 convidados. Segundo a organização do evento, estiveram em Sumaré, ao todo, 3550 brasileiros, além de representantes de lideranças políticas de países como Bolívia, França, Rússia, EUA, Argentina, Paraguai, entre outros.

Plenária aprova resoluções sobre Alca, Bolívia e Haiti

Em plenária sobre a conjuntura nacional e internacional, realizada no dia 6 de maio, os delegados aprovaram uma resolução de repúdio à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), aos Tratados de Livre Comércio e demais blocos econômicos internacionais, ao Plano Colômbia e à militarização de conjunto da América Latina pelo imperialismo norte-americano. Aprovaram que se exija do Governo Federal a realização de um plebiscito sobre a ALCA.

Atento aos últimos acontecimentos que envolvem Brasil, Bolívia, Venezuela e Argentina na cena internacional, o CONAT aprovou uma resolução que defende a nacionalização, sem indenização dos



Como observador, o Prof. Frederico Falcão participou das discussões

hidrocarbonetos, na Bolívia, sob o controle dos trabalhadores, bem como a nacionalização também de outros recursos naturais.

O CONAT também deliberou pela retirada das tropas brasileiras e da ONU do Haiti, em defesa da autodeterminação do povo haitiano. Ao final da votação, o plenário cantou: “Fora já, fora já daqui/ Bush do Iraque e Lula do Haiti”.

Em reunião do GTPFS avalia o CONAT

O Congresso da CONLUTAS também esteve em pauta do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS), em reunião realizada nos dias 4 e 8 de maio, em São Paulo, já que 21 seções sindicais da base do ANDES-SN participaram do Congresso Nacional de Trabalhadores.

Na reunião do dia 4, houve um debate prévio sobre Congresso Nacional de Trabalhadores (CONAT). Já no dia 8, os representantes do ANDES-SN das associações de docentes da base do Sindicato Nacional, que participaram do evento, puderam avaliar as deliberações do CONAT.

Os presentes observaram a relevância da CONLUTAS para o cenário político atual, apesar de o ANDES-SN ter posição contrária à formalização da entidade no momento, conforme deliberação do 25º Congresso. O mesmo Congresso definiu o envio de observadores ao evento. Das seções sindicais que enviaram representantes ao CONAT, quatro delas contrariaram a decisão do Congresso e aprovaram o envio de delegados.

O GTPFS reconheceu que a CONLUTAS é uma das principais iniciativas de mobilização dos trabalhadores, disposta a lutar com base nos princípios da democracia, da autonomia e da independência de classe.

Para os presentes, o CONAT foi extremamente importante para a construção da unidade dos trabalhadores que se colocam em aberta ruptura com o governo e suas políticas. A perspectiva é a de que esse debate possa ser ampliado entre os trabalhadores, já que se refere à reorganização da categoria.

FONTE: Com informações da CONLUTAS (www.conlutas.org.br) e do ANDES-SN (www.andes.org.br)

Encontro pós-25º Congresso do ANDES-SN reúne representantes de associações de docentes do Rio de Janeiro na UFRRJ

Foto: Aline Pereira



Platéia esteve atenta ao debate, durante o Encontro pós-25º Congresso

Representantes das associações de docentes da regional do Rio de Janeiro do ANDES-SN estiveram reunidos, no dia 3 de maio, no Auditório Hilton Salles, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para o encontro pós-25º Congresso do ANDES-SN. Os participantes foram recepcionados pela ADUR-RJ, seção sindical anfitriã, para discutir sobre as formas de enfrentamento e combate às fundações de apoio no interior das Universidades públicas e os principais dilemas do processo de reorganização da classe trabalhadora. O evento contou com a participação de representantes da administração superior da Rural e com a presença de Diretores do ANDES-SN.

A professora Celia Regina Otranto, 2ª Vice-Presidente da ADUR-RJ, em nome dos demais diretores da Associação de Docentes da UFRRJ, agradeceu a presença e o engajamento dos presentes às atividades propostas pela regional do Rio de Janeiro. O encontro pós-Congresso faz parte da mobilização do Sindicato Nacional e do encaminhamento das lutas aprovadas durante o 25º Congresso do ANDES-SN – cujo tema central foi “Financiamento Público: garantia de direitos sociais e de democracia”.

Seguindo a programação, o Prof. Paulo Cresciulo, presidente da Regional Rio do ANDES-SN, sintetizou as principais resoluções do último Congresso, enfatizando que, em relação às fundações privadas “de apoio”, foi deliberado que o ANDES-SN encaminhará uma representação ao Ministério Público, nacionalmente, denunciando a atuação dessas fundações e sua relação inconstitucional com as Universidades. O Ministério Público também será informado pelo ANDES-SN que professores – portanto, funcionários públicos – também estão exercendo cargos nessas fundações, o que é proibido por lei. O primeiro movimento das seções sindicais, após o Congresso, foi encaminhar documento à reitoria da Universidade, denunciando a existência dos cursos pagos e o exercício concomitante de cargos no interior da instituição pública. O Reitor da UFRRJ, Ricardo Motta Miranda, já recebeu a referida notificação, entregue pela diretoria da ADUR-RJ, em audiência no último mês de abril.

Em relação à organização dos trabalhadores, Paulo Cresciulo lembrou que a decisão da base do ANDES-SN foi pela não formalização da CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) como central sindical, nesse momento. O Sindicato Nacional também decidiu participar do CONAT (Congresso Nacional dos Trabalhadores), realizado entre os dias 5 e 7 de maio, em Sumaré (SP), como observador. Os representantes do ANDES-SN apresentaram um documento cujo objetivo é expor que a base do Sindicato Nacional não considera oportuna a transformação da CONLUTAS em entidade formal, frente à atual conjuntura política.

Os participantes discutiram a relação entre as fundações de apoio e as Universidades públicas, e os desafios de organização da classe trabalhadora brasileira

Ações de enfrentamento ao processo de privatização interna nas IES públicas via Fundações: análise das experiências das seções sindicais

Após a síntese de Cresciulo, houve a primeira parte do debate, quando, pela manhã, Ciro Correia e Luiz Henrique Schuch expuseram o tema “Ações de enfrentamento ao processo de privatização interna nas IES públicas via Fundações: análise das experiências das seções sindicais”.

Ciro Correia, representante da ADUSP (Associação de Docentes da Universidade de São Paulo), apresentou em data-show o resultado de uma pesquisa realizada pela AD, onde se constatou que as fundações privadas que se dizem de apoio contam com o respaldo de projetos governamentais de privatização dos serviços públicos. Ciro Correia explicou que as fundações “de apoio” surgiram, na transição dos anos 1980 e 1990, como uma alternativa aos entraves burocráticos da Universidade, buscando dar agilidade à administração do serviço público. As fundações, no entanto, têm sido as responsáveis pela realização de cursos pagos, vendas de projetos e outros serviços na Universidade, com o logotipo da instituição pública.

Outro sério problema trazido pelas fundações de apoio diz respeito à ocupação simultânea de cargos de direção nas instituições públicas e nas fundações privadas, já que, segundo a lei, uma pessoa não pode ser detentora de cargo público e trabalhar em uma fundação privada. O artigo 37 (incisos XVI e XVII) da Constituição Federal, inclusive, explicita com clareza que a proibição de acumular empregos e funções “abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público”.

De acordo com o palestrante, a ADUSP já procurou o Ministério Público do Estado e, hoje, move uma ação contra os cursos pagos que são realizados no interior da Universidade de São Paulo ou de suas unidades. O Ministério Público de São Paulo determinou a abertura de um processo contra todas as fundações ligadas à USP.

Ciro Correia demonstrou como as fundações têm a receita muito maior do que as faculdades ou unidades que deveria apoiar, destacando que existe a captação de recursos no setor privado, além do respaldo financeiro de órgãos e empresas públicas de dentro das Universidades.

Luiz Henrique Schuch, candidato à 1º Secretário do ANDES-SN para o biênio 2006/2008 e atual 1º Vice-Presidente da Regional do Rio Grande do Sul, informou que combater e denunciar as fundações de apoio tem sido uma das principais prioridades do Sindicato Nacional. Ele afirmou que o Grupo de Trabalho sobre Fundações (GT - Fundações) do ANDES-SN foi constituído com o objetivo de pensar em uma estratégia capaz de erradicar ou reduzir essa situação, considerada vergonhosa, dentro das Universidades públicas.

Para Schuch, as fundações prosperam dentro das instituições públicas porque encontram a convergência de interesses localizados e de interesses capitalistas, que buscam transformar a concepção do espaço público, tentando deixar cada vez mais estreitas as relações entre o público e o privado.

O palestrante disse que também está assustado com o crescente conservadorismo que assola a classe docente. Esse perfil mais conservador que, segundo Schuch, era localizado com mais nitidez em professores da área médica ou tecnológica, hoje também está presente, com força, entre docentes das carreiras de ciências humanas e sociais. Essa perspectiva, de acordo com o expositor, é muito preocupante, pois indica que tem havido uma transformação ideológica, cujo efeito acadêmico pode ser devastador, entre os professores.

“Estou convencido de que se não calcarmos o pé na macega, como se fala no Rio Grande do Sul, para combatermos as fundações privadas ditas de apoio dentro das Universidades, não haverá mais como sustentar a democracia nas instituições públicas daqui a pouco. As fundações de apoio são um grande negócio e têm imposto novos valores acadêmicos, e, se não estivermos atentos, todas as relações universitárias serão ditadas por interesses econômicos”, disse Luiz Henrique Schuch.

Durante o debate, os professores concordaram que é preciso haver um enfrentamento em nível local e também nacional às fundações de apoio, buscando o respaldo jurídico para denunciar a presença dessas empresas nas Universidades públicas. Como representante do ANDES-SN, Schuch avisou que a Assessoria Jurídica do Sindicato Nacional já prepara mais duas notificações sobre o tema das fundações privadas ditas de apoio.

Dilemas e desafios do processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira

O professor Edmundo Fernandes Dias – 3º Secretário do ANDES-SN e um dos fundadores do Sindicato Nacional, e o diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Sérgio Renato Magalhães, que representava a Assembléia Popular e de Esquerda, debateram sobre o tema “Dilemas e desafios do processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira”. O representante da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que estava sendo esperado para o debate, não compareceu.

Em sua exposição, Edmundo Dias analisou as mudanças ocorridas nas últimas décadas entre a relação trabalho e capital. Segundo o professor, o grande problema da classe trabalhadora não está na exploração da sua mão-de-obra, mas sim quando ela começa a pensar segundo a lógica do capital.

De acordo com Edmundo Dias, a classe trabalhadora sempre foi segmentada, desde quando esboçava uma organização que pudesse reivindicar seus direitos. Contudo, para ele, é muito importante observar-se a consequência que a fragmentação da classe trabalhadora tem gerado, como, por exemplo, o avanço galopante do desemprego e da flexibilização das leis trabalhistas. Para o palestrante, a bandeira da classe trabalhadora deve ser a construção de um projeto ideológico de sobrevivência e de civilização.

Sérgio Magalhães exibiu um folheto de divulgação das atividades em comemoração ao dia 1º de maio, promovido e produzido pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e pela Força Sindical. O folder refletia a ligação das entidades com o capital privado e com o Estado, tendo em vista que a festa que reuniu milhares de pessoas na Avenida Paulista contou com o patrocínio de empresas como Bradesco, Brahma, Telefônica, Nestlé, Caixa Econômica Federal e Casas Bahia. A festa, que sorteou apartamentos, carros e outros prêmios de grande envergadura, contou com o apoio da Prefeitura de São Paulo.




Ao centro, o Prof. Edmundo Dias: “a bandeira da classe trabalhadora deve ser a construção de um projeto ideológico de sobrevivência e de civilização”.

Com o exemplo, Sérgio Magalhães explicitou a falência da CUT enquanto possibilidade de convergência da força trabalhadora, pois o capitalismo teria avançado sobre todos os setores, inclusive sobre o pensamento que outrora fora o ícone da esquerda brasileira.

O palestrante defendeu a necessidade de união das classes de trabalhadores, independentemente da função que desempenhem – sejam professores, sejam operários. É preciso, segundo Sérgio Magalhães, transpor o limite do corporativismo e compartilhar experiências a partir do diálogo com diferentes setores dos movimentos sociais organizados que ainda defendem condições dignas de trabalho.

Ao final do evento, o Prof. Wilson Macedo informou sobre a greve docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, iniciada em 3 de abril. Os presentes aprovaram moção de apoio da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN à greve da UERJ.



51º CONAD será em Minas Gerais

Com o tema *Autonomia Sindical: garantia da luta pela educação como direito social*, o 51º CONAD acontecerá no período de 29 de junho a 2 de julho.

Por decisão da Assembléia da ADUR-RJ, de 14 de junho, foi aprovado que a professora Celia Regina Otranto irá como delegada e os professores Luis Mauro Magalhães e Frederico Falcão como observadores.

O Caderno de Textos já está disponível para consulta na sede da ADUR-RJ e na página eletrônica do ANDES-SN.

Acesse www.andes.org.br

Diretoria do Sindicato Nacional responde à carta dos delegados da ADUR-RJ no 25º Congresso do ANDES-SN

Abaixo, reproduzimos a carta nº 119/ 2006 da Diretoria do Sindicato Nacional, datada de 22 de maio corrente, dirigida à ADUR-RJ S. Sind. A carta abaixo é uma resposta da Diretoria do ANDES-SN ao texto intitulado “Reflexões acerca do 25º Congresso do ANDES-SN, realizadas pelos delegados da ADUR-RJ”, publicada na edição nº 84, de 20 de abril de 2006.

Companheiros:

Tomamos conhecimentos de matéria publicada no “ADUR INFORMA” nº 84, de 20/4/06 sob o título “Reflexões acerca do 25º CONGRESSO do ANDES-SN, de autoria dos delegados da ADUR-RJ”, tecendo comentários sobre a Plenária do Tema III - Políticas Sociais, no 25º CONGRESSO do ANDES-SN.

A esse respeito tomamos a liberdade de fazer os seguintes comentários:

1. A solicitação de recurso de votação é um direito de qualquer participante dos eventos do ANDES-SN. Sua apresentação à Mesa dos trabalhos como proposta formal é definida pelo Plenário.
2. O enunciado de uma proposta, qualquer que seja, inclusive a que se refere a recurso, se não for ratificada pelo proponente não é submetida à votação;
3. No caso citado na matéria, a Mesa dirigida pelo Diretor Paulo Rizzo de fato anunciou que não acatava o recurso de votação, o que foi seguido de manifestação do Plenário de apoio à posição da Mesa. Não tendo havido confirmação formal da proposição do recurso, a mesma não precisou ser submetida à votação.
4. A solicitação de recurso de votação feita pelo professor Badaró não foi aprovada pela Mesa. Não lhe coube tal feito. A proposição foi submetida à Plenária que, por amplíssima maioria, deliberou a favor. É incorreto, dessa forma, atribuir à Mesa qualquer atitude decisória em relação a essa questão. Seria um desrespeito ao regimento do Congresso.
5. Deve ser registrado que o Congresso é a instância máxima do Sindicato, cabendo-lhe as decisões que lhe aprouverem. Manda o bom senso que as deliberações não sejam alteradas a todo o momento, mas é inadmissível negar a possibilidade de alteração de decisões pelo plenário de delegados quando julgue inadequada uma decisão já tomada. Esse foi o procedimento, o qual é usual na prática democrática do nosso sindicato. Negar-lhe esse procedimento é o que traduz uma postura antidemocrática. Além disso, de caráter, este sim, sectário, porque baseado apenas no interesse e interpretação de quem assim se pronuncia.
6. No parágrafo que trata sobre o *quorum* solicitado, é dito: “A suspensão da reunião por falta do número mínimo de professores e a sua retomada, instantes depois, sem uma recontagem que explicitasse a existência de *quorum* e a consumação da manobra golpista com a vitória do recurso de votação culminaram em processo que não condiz com a história do nosso sindicato e que mancha de forma indelével aqueles que dele tomaram parte”. A afirmação sobre a recontagem é inverídica. De fato foi feito o pedido de verificação de *quorum*, e o resultado foi de que não havia número regimental suficiente. Em seguida, recomposto o plenário e feita a recontagem, foi constatado publicamente que havia *quorum* para a continuidade dos trabalhos. É certo que este *quorum* seria maior se delegados desejosos de suspender os trabalhos do Congresso tivessem voltado para o plenário e democraticamente se tivessem deixado incluir na contagem. Ainda assim, havia *quorum*, e, dessa forma, os trabalhos prosseguiram. É inadmissível que seja sonogada essa informação no texto apresentado.
7. Muito menos, é inadequado atribuir à condução dos trabalhos, que afinal é da Diretoria do ANDES-SN, uma manobra golpista, porque o recurso de votação foi aprovado. Ficou claro que não foi a direção que tentou impedir democraticamente a apreciação do recurso de votação pelo plenário, o qual o aprovou porque entendeu democraticamente que esse era o caminho a tomar. Manobra deve ser atribuída quando se usam instrumentos não democráticos para a obtenção de resultados políticos. Esse não foi o caso, e a diretoria considerou irresponsabilidade o uso que se quer fazer dos fatos.
8. Quanto à afirmação de que “alguns nunca podem perder: ou ganham ou manobram para transformar derrota em vitória”, não pode ser cobrada da Diretoria. É o Congresso que cria, altera e faz avançar as propostas a serem executadas pela diretoria, pelas seções sindicais e a militância. Dessa forma, os textos não são intocáveis; basta que se verifiquem as construções do nosso Sindicato para atestarmos que não existe esta intocabilidade. Lembramos, ainda, que quem vota são os delegados das seções sindicais no CONGRESSO.
9. Quanto à afirmação de direitos e imunidades, a Diretoria reafirma que não existem, nunca existiram para ninguém, muito menos para alguns iluminados. A Diretoria não tem esse poder, não quer tê-lo e não conhece no Sindicato quem possa tê-los. O critério do nosso Sindicato é o procedimento democrático, pela reflexão, pelo debate, pela apresentação clara de divergências e, finalmente, pela decisão do voto de quem é delegado de base.
10. Como houve uma exposição inverídica sobre o procedimento da Diretoria do ANDES-SN bem assim do funcionamento do 25º CONGRESSO, solicitamos que no ADUR Informa de responsabilidade dessa Seção Sindical sejam publicados esses esclarecimentos, a fim de que não pairam dúvidas sobre a conduta da Diretoria e para que se mantenha o devido respeito à nossa instância máxima que tem sido a garantia da existência do nosso Sindicato.

Diretoria do ANDES - Sindicato Nacional

Resposta da Delegação da ADUR-RJ no 25º Congresso do ANDES-SN à carta nº119/2006 da Diretoria do Sindicato Nacional

A Delegação da ADUR, apesar de considerar superados os episódios ocorridos no Congresso de Cuiabá, não poderia deixar de esclarecer os questionamentos contidos na carta nº 119/2006, de 22 de maio deste ano, que vai publicada neste ADUR INFORMA.

Acompanhando, passo a passo, a gravação em vídeo da plenária que votou o Texto de Resolução (TR) 28, é possível observar com clareza que:

1- Logo após a votação do ponto 2 do TR 28, quando o texto da diretoria foi derrotado pela diferença de um voto, houve uma tentativa de recurso, o qual a presidência dos trabalhos NEGOU peremptoriamente, afirmando inclusive que recurso não é para quando não se concorda com o resultado, mas sim quando existem problemas na votação. Em flagrante contraste, a reação da mesma presidência da Mesa, no momento da solicitação, de mesmo conteúdo, por parte do Prof. Badaró, foi de encaminhar o pedido à Plenária, sem questionamentos.

2- A verificação de *quorum* foi atropelada sim, e a fita mostra isto. Num primeiro momento, foi observado que não havia número suficiente de delegados na plenária. Em seguida, quando algumas pessoas saíram em busca de delegados para a recomposição, foi anunciado um erro de contagem, cometido pela Mesa; mesmo assim ainda faltava um delegado. Logo após, foi anunciada a entrada na plenária de mais um delegado. A Mesa, então, afirmou que o *quorum* tinha sido reconstituído, sem nova contagem.

“Pessoas no plenário” não pressupõem delegados. A recomposição só poderia ser verificada com nova contagem de cachês levantados. Inverídica é, portanto, a afirmação contida na Carta da Diretoria do ANDES-SN, que afirma: “Em seguida, recomposto o plenário e feita a recontagem (grifo nosso), foi constatado publicamente que havia *quorum*(...)”. Aliás, é surpreendente que, na Ata do Congresso, seu documento oficial, tal episódio apareça da seguinte forma: “(...) o Prof. Francisco Vitória, da ADUFFel S. Sind, solicitou verificação de *quorum*. A Mesa procedeu à contagem dos delegados presentes e constatou que havia *quorum* para a continuidade dos trabalhos”. Será que esta narrativa espelha o que aconteceu?

3- A Carta da Diretoria do ANDES-SN afirma ainda que: “É certo que este *quorum* seria maior, se delegados desejosos de suspender os trabalhos do Congresso tivessem voltado para o plenário e democraticamente (grifo nosso) se tivessem deixado incluir na contagem”. E mais: “Manobra deve ser atribuída quando se usam instrumentos não democráticos para a obtenção de resultados políticos”. Com estas duas frases, a diretoria afirma que um recurso comum, como a retirada do *quorum*, direito de toda a minoria, seja tratado como atitude antidemocrática. Destacamos que esta é uma ação que pode até ser debatida politicamente, mas que, sem sombra de dúvida, não fere a democracia. Acreditamos que as colocações da diretoria devem ser repensadas, a fim de não causar constrangimentos às minorias que se retiraram de determinados fóruns, ou para não validar decisões com as quais não compactua, ou, ainda, para forçar grupos majoritários a negociar. No entanto, gostaríamos de destacar, para dirimir quaisquer dúvidas, que, embora considere uma atitude legítima e democrática, a delegação da ADUR-RJ se fez presente na contagem do *quorum* e somente se retirou após a sua verificação.

4- No texto publicado na edição nº84 do ADUR INFORMA, esta Delegação não se referiu em momento algum à quebra regimental e/ou desrespeito às normas do Congresso. O que se levantou é que atitudes políticas, tomadas por parte da Direção, consideradas equivocadas e irresponsáveis, não deveriam ser repetidas, pois têm levado, cada vez mais, a um desgaste desnecessário. O pedido de recurso do TR 28, já de madrugada, muito tempo depois, e com um *quorum* claramente esvaziado em relação à primeira votação, é regimental. Mas será que trabalha a

favor da boa política? Usar recursos regimentais, para reverter votações conduzidas de maneira correta, com um *quorum* visivelmente alterado, se constitui numa atitude valorizadora da ética? “Passar o trator” sobre uma parcela significativa da Plenária, usando estes expedientes, é uma atitude responsável? Existia a certeza de que aquela forma não geraria reações de justa indignação? Que tipo de avaliação foi feita pela Diretoria, nas horas transcorridas entre uma votação e outra, com respeito ao risco de comprometer todo o Congresso com o patrocínio de um expediente daqueles?

Os fatos ocorridos no 25º Congresso devem servir para que a militância deste Sindicato faça uma reflexão sobre as práticas que têm sido cada vez mais utilizadas e que realmente não condizem com nossa história. O TR 28 refere-se a um item de um texto extenso, a Agenda para a Educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje. Este foi apresentado no 24º Congresso, sem que tivesse sido incluído nos cadernos de teses, preparatórios para aquele evento. Ou seja, naquele momento, a Agenda foi aprovada sem a apreciação da base do Sindicato. O mesmo se deu no 50º CONAD, em Fortaleza, quando foi apresentada pela Diretoria, para deliberação, a extensa “Proposta de elaboração de substitutivo ao projeto privatizante de reforma da Educação Superior do Governo Federal”, também, em cima da hora, sem discussão nas bases. Tudo isto dentro do Regimento, que permite a apresentação de textos na Plenária de Instalação. Mas, de novo, esta é uma atitude que permite a construção? É compreensível que a Diretoria chegue no primeiro dia do evento com um novo texto, extenso e com conteúdo tão polêmico?

Foi a partir da observação, análise e crítica dos fatos expostos acima que esta delegação decidiu publicar o texto em questão no ADUR Informa. Nosso objetivo não foi o de denegrir a imagem da Diretoria do ANDES e sim de alertar que determinadas atitudes desagregam e dão margem a questionamentos. Este, portanto, é um sinal de alerta, e esperamos que a Diretoria possa dar-lhe o devido valor e tenha a clareza de reconhecer que nem toda a crítica é feita com o objetivo de destruir, pois a nossa visa principalmente à unidade do Sindicato e ao seu conseqüente fortalecimento, a partir da reflexão sobre determinadas práticas que têm incomodado muitos de nós.

Eram estes os esclarecimentos que precisávamos dar frente à Carta Resposta da Diretoria do ANDES-SN. Esperamos que os companheiros reflitam sobre os fatos ocorridos e superemos estas divergências no encaminhamento da luta contra seus verdadeiros inimigos.

Delegados da ADUR-RJ no 25º Congresso do ANDES-SN: Professores Célia Regina Otranto, Delson Lima Filho, Frederico José Falcão, Lenir Furtado, Luis Mauro Magalhães e Orlando Marques da Costa.

EXPEDIENTE

ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ
Ed.: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.
CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.
TELEFAX: (21)2682-1379 OU (21)2682-1005.
E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR
CONSELHO EDITORIAL: ABNER CHIQUIERI, ADIVALDO HENRIQUE DA FONSECA, CÉLIA REGINA OTRANTO, FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, LENÍCIO GONÇALVES E LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES.
REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 MTB)
FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA
TIRAGEM: 2 MIL EXEMPLARES

